

“Estão por trás disso”: Os mitos de conspiração e sua crença em São Paulo

Wiverson Azarias (FESPSP)¹

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo investigar a crença em *teorias da conspiração* na cidade de São Paulo, buscando identificar seu fundamento no imaginário social paulistano. A maneira como se procurou abordar os boatos de conspiração consistiu em associá-los ao conceito de *mito político* e tratá-los, portanto, como expressões verbais de um dado conjunto de representações coletivas. Dentre tantas narrativas de complô surgidas na história política do país, somente duas delas constituíram objetos de análise: uma que denuncia um suposto golpe comunista elaborado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Foro de São Paulo, e outra que expõe a hipotética dominação exercida sobre o governo estadual pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Através da realização de entrevistas frente a cidadãos que demonstraram acreditar em, pelo menos, um desses rumores, foi possível identificar como suas percepções dão suporte às narrativas, atribuindo-lhes sentido.

Palavras-chave: teorias da conspiração; mito político; imaginário; cultura política.

Introdução:

Investigar a influência das mentalidades na política constitui uma antiga preocupação no interior das Ciências Sociais. A Antropologia da Política e a Sociologia Eleitoral, bem como os estudos de cultura política, já se debruçaram sobre tal questão, trazendo consigo abordagens e teorias diversas (KUSCHNIR & CARNEIRO; 1999). Contudo, parece ser consensual em meio aos intérpretes do campo do político o fato de que o mesmo dialoga, constantemente, com um conjunto de crenças e de afetos surgidos do *imaginário social*.

¹ Graduando no curso de Sociologia & Política pela FESPSP. E-mail: wiverson_az@yahoo.com.br

O presente artigo visa, exatamente, aprofundar essas discussões a respeito da atuação do imaginário no universo político, partindo da apresentação dos resultados de uma pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo entre os meses de agosto de 2016 e julho de 2017. Nela, tinha-se como pretensão investigar, através da realização de entrevistas, as representações mentais que fomentam as chamadas *teorias da conspiração*, isto é, buscou-se identificar o substrato imaginário sobre o qual se estruturam os rumores de complô governamental. Evidentemente, não é possível mapear todos os boatos já difundidos no país e, por este motivo, a crença geral nas conspirações foi analisada utilizando-se duas narrativas específicas como casos ilustrativos, justamente aquelas que mais parecem dialogar com a população paulistana:

A primeira narrativa tomada como objeto denuncia um “golpe comunista” que, supostamente, foi planejado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Foro de São Paulo. O segundo boato, por sua vez, expõe a hipotética dominação exercida sobre o governo estadual pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC); grupo que teria se infiltrado no Estado e galgado posições de poder, até, finalmente, conseguir exercer total influência sobre os governantes.

Associadas ao conceito de *mito político*, as teorias da conspiração são tratadas no presente artigo como manifestações verbais de uma dada cosmologia política, como um meio de dar materialidade a determinadas percepções do real. Os mitos políticos, segundo a definição de Raoul Girardet (1987), tratam-se de narrativas que, apesar de fantasiosas e pouco plausíveis, agem como explicação possível para a realidade e promovem mobilização política. As teorias da conspiração, como se argumentará a seguir, apresentam essas mesmas características do mito elencadas por Girardet.

A escolha de São Paulo como campo privilegiado de análise deu-se pelo fato da cidade apresentar um tradicional conjunto mitológico, que há décadas vem conformando os modos de pensar e agir dos cidadãos. Tais construções discursivas são peculiares justamente por profetizarem um futuro economicamente glorioso à São Paulo e por se desdobrarem em um imaginário que enaltece o trabalho e o progresso. Dignos de nota são os mitos a respeito da “terra de gigantes”, do “bandeirante heroico”, “da locomotiva que puxa vagões vazios” e etc. (LEITE; 1978). A relação destes núcleos simbólicos com as conspirações, evidentemente, foi alvo de investigação.

Uma vez realizada essa discussão introdutória, convém apontar para a forma como se encontra organizado o presente texto: Primeiramente, foi estabelecido um diálogo com os autores que melhor definiram os conceitos balizadores deste trabalho, tais como o de *teoria da conspiração*, *mito político* e *imaginário*. Em seguida, uma seção foi destinada à apresentação da metodologia empregada durante a pesquisa, possibilitando assim esclarecer sob quais condições foram coletados os dados aqui analisados. É somente na terceira seção, portanto, que se iniciou, propriamente, a análise dos discursos coletados em campo; nesse inciso, se procurou reconstituir ambas as conspirações que compõem o objeto da análise, porém valendo-se das categorias e das expressões “nativas”.

As representações do imaginário social que sustentam as narrativas de conspiração são o foco da quarta e quinta seções deste artigo, nas quais se procurou elencar as imagens tecidas pelos crentes em complô a respeito da política e da cidade de São Paulo. Desta forma, melhor se compreende o enredo das mitologias, os motivos que levam os supostos conspiradores a se instalarem no Estado e a quais virtudes da cidade eles apresentam perigo. Uma interpretação que sintetiza esse imaginário foi somente proposta na conclusão deste trabalho, em sua sexta (e última) parte. Nela, um esboço geral do *imaginário de conspiração* foi traçado, levando-se em consideração aspectos da mentalidade nacional e especificamente paulista, anteriormente abordadas por cientistas sociais brasileiros.

Portanto, nas páginas a seguir, tanto os temores quanto os sonhos dos paulistanos serão melhor delineados, visto que o imaginário não comporta somente os medos coletivos e suas quimeras, mas também as expectativas e as aspirações da sociedade (CARVALHO; 2004). Defende-se aqui que as ideias, ao invés de serem eternas prisioneiras da consciência humana, se tornam práticas concretas e que estudar as representações coletivas é, assim, um caminho possível (e bastante frutífero) para se compreender os fenômenos sociais objetivos, dentre os quais as escolhas políticas da população, as demandas que esta reivindica e a sua paixão por determinadas lideranças.

1. Teorias conspiratórias como expressão do imaginário:

O termo “teoria da conspiração” é relativamente recente; suas origens remetem à segunda metade da década de 1960, nos Estados Unidos. *Conspiracy theory* foi o termo utilizado pelos veículos de comunicação do país para se referirem aos boatos de complô que

rondavam o senso comum e que diziam respeito ao assassinato do então presidente John F. Kennedy. Com o passar dos anos, todos os rumores que afirmavam uma conspiração envolvendo os poderosos passaram a ser enquadrados sob essa mesma alcunha.

Do ponto de vista de sua estrutura discursiva, as teorias da conspiração podem ser compreendidas enquanto um conjunto de narrativas que propõem uma explicação alternativa para determinado evento histórico, desmentindo a versão oficial construída a respeito do mesmo e sugerindo que uma conspiração secreta estaria no centro do acontecido (SILVA; 2010). Nos bastidores da sociedade, segundo esses discursos, estaria sendo colocada em prática uma agenda perversa por determinado grupo de conspiradores, estes sempre associados à desvirtuação dos costumes e à subversão da ordem social (BARKUN; 2003).

Não há consenso, por parte dos que acreditam em conspirações, quanto à natureza do grupo responsável por planejá-las. Esse poderia ser, a depender da teoria, uma sociedade secreta, um partido político, um cartel de banqueiros e empresários bilionários ou mesmo membros de uma religião. Seja como for, tais sujeitos possuiriam uma grande quantidade de poder sobre a sociedade, apesar de não se identificarem com ela (MIGUEL; 1997). Com efeito, as imagens mais evocadas pelos adeptos das teorias para se referirem aos conspiradores são as do “outro”, do “estranho” e do “estrangeiro”.

Convém também salientar que as teorias conspiratórias possuem um forte apelo político, visto que fomentam ações de combate aos “conspiradores malignos”. Potencialmente mobilizadores, os rumores de conspiração lidam majoritariamente com afetos e convicções, preenchendo o debate político com sentimentos de medo e desconfiança (SILVA; 2010). O desenvolvimento dos boatos em práticas políticas pede ser constatado, por exemplo, nos estudos coordenados por Pablo Ortellado e Esther Solano em meio às manifestações antigoverno dos anos de 2015 e 2016. Como aponta a dupla de pesquisadores, a maioria dos manifestantes entrevistados demonstrava acreditar em conspirações envolvendo o PT, líderes de esquerda da América Latina e o comunismo.² O caráter conjuntural da crença nos complôs evidencia-se nessas pesquisas, uma vez que o conservadorismo e o antipetismo cresceram no mesmo período, tornando o Partido dos Trabalhadores o inimigo da nação e, consequentemente, conspirador.

² Para uma pesquisa feita pelos autores durante as manifestações de 12 de abril de 2015, ver CARTA CAPITAL; **Maioria dos manifestantes antigoverno acredita em teorias conspiratórias**. 14 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/maioria-dos-manifestantes-antigoverno-acredita-em-teorias-conspiratorias-575.html>. Acessado em 18 de julho de 2016.

Até o momento, foram listadas as características mais gerais dos rumores de complô, porém é possível perceber que de acordo com elas estão narrativas seculares e, portanto, anteriores ao próprio termo “teoria da conspiração”. Isso evidencia que, apesar de tal expressão ter sido cunhada na segunda metade do século XX, o discurso alarmista e conspiratório é consideravelmente antigo. Desde a Revolução Francesa, por exemplo, se fala em uma conspiração envolvendo a Maçonaria e a Illuminati; já durante a Guerra Fria, era o “comunismo internacional” que se infiltrava nos governos do Ocidente, trazendo consigo a mácula, o ateísmo e a desordem (HOFSTADTER; 1964).

Em decorrência da discussão realizada até o momento, constata-se que as teorias conspiratórias são uma modalidade específica do discurso político, que há séculos se manifesta na opinião popular e nas falas de alguns líderes. Tais narrativas, segundo Raoul Girardet (1987), fariam parte da categoria de *mito político*, exatamente por apresentarem características bastante semelhantes às do discurso mitológico tradicional.

Área tortuosa, que não deixa de suscitar interpretações e análises diversas, o terreno do mito precisa ser tratado cuidadosamente, abordado com parcimônia exatamente por sua complexidade e por conduzir os pesquisadores, como escreveu Lévi-Strauss (1973; p. 239), a “constatações contraditórias”. O mito está em constante transformação e, por consequência, seu estudo científico resulta somente em imagens desatualizadas do mesmo, reduzidas e destituídas de todo conteúdo afetivo. Para além de tal problema epistemológico encontra-se uma barreira ideológica, visto que a própria palavra “mito” é carregada de sentido pejorativo nas sociedades modernas – basta, para isso, observar o uso corrente que se faz do termo, que é sempre associado à ficção, ao oposto da realidade e, portanto, àquilo que seria desmistificado pela observação empírica.

Como resposta, em primeiro lugar, adota-se no presente artigo uma definição ampla de *mito político*, a mesma proposta por Girardet (1987) e que evita submeter o discurso mitológico, por seu pouco rigor conceitual, a uma análise demasiadamente cartesiana e limitadora. Em segundo lugar, é defendida aqui uma postura comum à Antropologia e à História das Religiões, disciplinas atribuem valor ao mito exatamente por sua capacidade de fornecer uma explicação do real e do social, além de conseguir dar coesão à vida coletiva (MIGUEL; 1997). Torna-se secundário, portanto, discutir se o mito (político ou não) possui compromisso com a verdade, se ele é factual ou puramente fantasioso. Antes de tudo, o que convém analisar é a relação do mesmo com os indivíduos que nele acreditam.

Feitas essas ressalvas, cabe apresentar a definição de *mito político*, tal como proposta por Girardet (1987). Segundo o autor, três aspectos discursivos (ou “dimensões”, segundo suas palavras) são específicos dos mitos políticos: Primeiramente, eles conservam os mesmos elementos estruturais de toda e qualquer mitologia, a saber, a forma de narrativa e seu valor explicativo. Em seguida, eles apresentam uma dada parcela de fantasia e de irracionalidade, o que lhes confere fluidez e, simultaneamente, poder de sedução. Em terceiro lugar, porém não menos importante, os mitos políticos são, em essência, *forças motrizes*, na medida em que incentivam os indivíduos à ação política, à mobilização. De acordo com Girardet (1987; p. 13-14):

É em cada uma desses planos que se desenvolve toda mitologia política, é em função dessas três dimensões que ela se estrutura e se afirma... Daí a necessidade de se situar em uma perspectiva global que, sem ignorar cada uma dessas dimensões, permite reencontrá-las todas em sua conjunção e em sua unidade.

As teorias da conspiração, tal como definidas anteriormente, estão de acordo com esses três critérios elencados por Girardet, afinal: (1º) elas são narrativas que explicam determinada conjuntura ou acontecimento, isto é, uma parcela da realidade; (2º) elas cativam o público através das emoções que suscitam; e (3º), como consequência de sua carga afetiva, elas interferem na conduta de seus adeptos, incentivando-os a agir politicamente. *Mitos de conspiração*, portanto, passa a ser a terminologia mais adequada para se referir àquilo que, até o momento, foi genericamente chamado de teorias conspiratórias.

A presença de mitos na política não é algo que deve ser considerado incomum ou patológico, uma vez que o exercício do poder, como aponta José Murilo de Carvalho (2004), não se dá somente através da coerção, de relações de mando e de obediência, mas também pela manipulação do *imaginário social*. Na política, são evocadas emoções, valores, performances rituais e todo um conjunto de imagens mentais, seja para provocar adesão à determinada liderança ou causa, ou então para gerar ódio e repulsa frente às mesmas. O *mito político*, dessa forma, surge como apenas uma maneira de expressar verbalmente esse universo de símbolos e de crenças, ordenando-o pelo fio condutor do discurso.

É neste ponto que se encontra o argumento principal deste artigo, seu eixo teórico: Aqui se defende que as narrativas de conspiração, exatamente por seu caráter de mito, são formas de expressar abstratas noções do imaginário social, maneiras verbalizar certas concepções mentais tecidas a respeito do Estado e da sociedade civil. Tais mentalidades estão

ocultas, subsistindo nos bastidores do discurso mitológico, porém sendo constantemente reiteradas pelo mesmo. O percurso das ideias proposto por Durkheim (2003) em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* é o mesmo defendido aqui. Assim como o sociólogo francês, compreende-se no presente artigo que, abaixo de fenômenos empiricamente observáveis, haveria representações coletivas, que lhes antecedem e lhes alimentam. Abaixo dos mitos políticos existiriam certas noções do imaginário sendo reafirmadas.

Todavia, estabelecer somente que o imaginário social é a “matéria-prima” dos mitos políticos não esclarece muito a respeito dos mesmos. Convém, portanto, aprofundar tal afirmação e problematizar a própria natureza do imaginário. Neste artigo, tal termo é abordado como um aglomerado de ideias e de imagens mentais, originadas pelo contato dos indivíduos com a realidade. Intermediador entre a subjetividade e o mundo objetivo, o imaginário é a potência simbolizadora por excelência e que, ao invés de criar imagens a partir do nada, deforma os conteúdos obtidos pela percepção e lhes atribui um significado segundo ou, por assim dizer, metafórico (DURAND; 1989). Dito de outra forma, as noções do imaginário são dependentes do real e não podem ser pensadas como que constituindo a contraparte deste último. O imaginário não é o oposto da realidade, e sim um conjunto de alegorias construídas a partir da mesma.

Para se estudar o imaginário é necessário, como se realiza na presente pesquisa, recorrer à linguagem, visto que é através dela que os seres humanos expressam o que se passa em suas mentes. O mito é *linguagem verbal*, tal como o relato ou o texto, de modo que age como um veículo de imagens. Em resumo, o imaginário, apesar de florescer na consciência dos indivíduos, desdobra-se em manifestações concretas. Como dito anteriormente, as ideias não se findam no espírito humano, pois logo se transformam em ações, obras ou discursos. Citando novamente Gilbert Durand (1988; p. 89), é possível concluir que as concepções do imaginário se expressam:

Primeiramente, num plano constituído pelas “atitudes do corpo” assinaladas por Marcel Mauss e que formam todos os gestos costumeiros de uma determinada sociedade: costumes, ritos, comportamentos coletivos... Em seguida, pode-se discernir o plano das representações de uma determinada sociedade numa determinada época, a *Weltbild*, que se manifesta pela língua, pelas linguagens artísticas, os estilos estéticos, os sistemas de conhecimento e, em particular, os mitos [...].

Em resumo, o mito surge como uma expressão do imaginário; como uma narrativa, cujo conteúdo profundo se encontra enraizado na mentalidade social. Uma vez estabelecido

que as teorias da conspiração são mitos, elas também podem ser tratadas como veículo e manifestação de representações coletivas. O objetivo da presente seção foi justamente apresentar a discussão teórica que permite a realização de tais afirmações (ou correlações). Todavia, como se pôde perceber, poucos foram os autores nacionais que auxiliaram na construção desse modelo teórico, daí o motivo de ainda não terem sido abordadas as peculiaridades do imaginário nacional ou mesmo paulistano. Contudo, a necessidade de tal empreendimento agora se impõe:

Um modo adequado para se tratar do imaginário paulistano talvez seja partindo dos mitos de origem da cidade, quer dizer, das narrativas regionalistas que profetizavam riqueza e um destino virtuoso para São Paulo. Contemporâneos ao início do desenvolvimento urbano e industrial da Região Sudeste, tais discursos, como aponta Dante Moreira Leite (1978), fizeram nascer um imaginário específico na cidade, um grupo de noções que tratavam São Paulo como *a terra do progresso* e como *a melhor cidade do país para se ganhar dinheiro*.

Os mitos de São Paulo, escreve Florestan Fernandes, também teriam feito nascer na sociedade, ainda que de maneira frouxa, uma ideologia civilizatória e trabalhista, próxima de um liberalismo. Todavia, devido mesmo à rapidez das transformações dos meios de produção ocorridas na época, tais valores e modos de agir capitalistas entraram em conflito com as tendências estatista, antiliberal e privatista, típicas da fase pré-capitalista da sociedade. Nas palavras do sociólogo: "A nossa mente, a nossa cultura e a nossa sociedade continuam, em graus variáveis, fiéis a modelos pré-urbanos, pré-industriais e pré-mecânicos de organização da vida" (FERNANDES; 1974; p. 77).

É a partir do convívio entre mentalidades contrastantes (liberais e tradicionais) que este artigo procura caracterizar o imaginário social paulista – compreendendo-o enquanto uma unidade contraditória, na qual a defesa do trabalho e do progresso convive com valores pré-liberais, tais como o enaltecimento da família, do cristianismo e do Estado (sendo este último compreendido como um órgão provedor das diversas necessidades sociais). Tanto os meios de comunicação de massa como as igrejas cristãs são exemplos de mecanismos sociais que contribuem para a manutenção desse imaginário, o que explica a presença do mesmo nas entrevistas realizadas em campo.

2. Materiais e métodos:

O presente artigo, como dito anteriormente, é fruto de uma pesquisa de campo que se propôs a analisar os mitos de conspiração, apreendendo a essência imaginária que lhes sustenta. O procedimento utilizado durante a fase de coleta de dados consistiu, basicamente, na realização de entrevistas de cunho qualitativo. Recorreu-se a tal método devido à natureza própria dos temas da pesquisa; mito, crença e imaginário são materiais de cunho simbólico e, portanto, se manifestam por meio da linguagem. Em decorrência disso, estabelecer um contato próximo para com os indivíduos fazia-se uma necessidade. Desta forma, a profundidade dos depoimentos coletados foi de principal importância para a pesquisa, em detrimento de uma possível quantificação dos entrevistados.

Frente aos mesmos foi aplicado um questionário semiestruturado, previamente elaborado e composto por 18 questões fixas. Por ser semiestruturado, tal roteiro permitia que, ao curso das entrevistas, fossem realizadas pequenas alterações em seu corpo, tais como a mudança da ordem das perguntas ou a realização de questionamentos extras (BOOTH, COLOMB & WILLIAMS; 2005). A maleabilidade do roteiro possibilitou que depoimentos mais emotivos e completos fossem dados sem interrupção; os mesmos foram os mais importantes para o presente trabalho, na medida em conservavam as características próprias do imaginário, a saber, afetividade, irracionalidade, fantasia, etc.

Para além de atestarem a crença em, pelo menos, um dos dois mitos de conspiração tomados como objeto, as perguntas que compunham o questionário se referiam, de maneira ampla, ao campo institucional do Estado e também à cidade de São Paulo.³ Tais questões tratavam de identificar as percepções dos paulistanos a respeito da política e da sociedade civil, isto é, as representações tecidas por eles frente à vida coletiva.

A amostra analisada em campo foi formada por 20 (vinte) indivíduos crentes em conspiração. Tal número foi suficiente para provocar a saturação temática das categorias nativas; quer dizer, quanto mais se avançava no processo de coleta de dados, mais ficava evidente que não iriam surgir novos elementos nas falas dos entrevistados que poderiam aprofundar a teorização subsequente. Na medida em que a amostra ganhava corpo, mais corriqueiras se tornavam as opiniões coletadas, que giravam em torno dos mesmos temas (O'REILLY & PARKER; 2012).

³ O questionário aplicado em campo encontra-se na seção **APÊNDICE A** do presente artigo.

Propositalmente heterogênea, visto que não se pôde definir, *a priori*, quem mais acredita em conspirações, a amostra analisada em campo foi constituída por indivíduos de ambos os sexos, de diferentes faixas de renda e que residiam em São Paulo. Todavia, devido à importância atribuída à qualidade dos depoimentos, dois critérios foram adotados para a escolha dos entrevistados: Em primeiro lugar, a idade mínima exigida para a composição da amostra foi de 16 anos. Deste modo, apenas foram ouvidos cidadãos participantes da vida eleitoral e que apresentavam opiniões a respeito da política e da administração da cidade. Em segundo lugar, foram entrevistados exclusivamente indivíduos que não exerciam cargos políticos. Assim a amostra aproximou-se das características gerais da população paulista, cuja maioria vive a política apenas esporadicamente, informando-se sobre ela somente através do discurso midiático (NUNES, E; SANCHES, F. & CHAIA, V.; 2010).

Todas as entrevistas foram agendadas e, neste processo, a busca por potenciais crentes em complô foi facilitada com o apoio de alguns contatos próximos do pesquisador, que indicaram entrevistados e apresentaram aos mesmos um escopo da pesquisa. Os depoimentos colhidos foram devidamente gravados em áudio e, por fim, transcritos. Das dezenas de páginas que resultaram desse procedimento, somente alguns materiais selecionados, por serem justamente os mais ilustrativos, serão aqui reproduzidos, com a esperança de que não traíam a totalidade que constituía a fala dos cidadãos contatados.⁴

Por fim, convém dizer que o método utilizado na fase de sistematização dos dados foi o de “convergência simbólica”. Técnica recorrida originalmente por Gilbert Durand (1989) e que consiste em comparar as diferentes imagens manifestas nos discursos e, posteriormente, agrupa-las em conjuntos. Nesse processo, leva-se menos em consideração a forma das imagens e mais a sua conotação, isto é, a carga afetiva atribuída pelo entrevistado.

3. As duas narrativas (conspirações no discurso político paulistano):

O Brasil é um país em que uma vasta lista de mitos de conspiração transpareceu ao longo de sua história política, indo desde aqueles que denunciam o suposto assassinato de Tancredo Neves, até os que afirmam haver uma reivindicação estadunidense pela Floresta Amazônica. Todavia, quando se trata de observar precisamente a atual sociedade paulistana, o

⁴ Alguns entrevistados pediram para que sua identidade não fosse publicada. Dessa forma, nenhum nome será divulgado no artigo, mesmo os dos cidadãos que permitiram tal ato.

número de conspirações reduz-se consideravelmente. Dentre elas, o complô comunista, elaborado conjuntamente pelo PT e pelo Foro de São Paulo, bem como a conspiração do PCC, parecem ser as que mais conquistam espaço junto ao senso comum.

Debruçando-se, primeiramente, sobre o complô comunista, convém dizer que sua crença não é nada recente. No Brasil, desde a fundação do P.C.B., em 1922, subsiste no pensamento das elites certo temor frente à possível concretização de uma revolução proletária. A este respeito, o historiador Botteri Negrão (2005) é enfático: Apesar dos comunistas formarem um partido na década de 1920, foi durante a década de 1930 que efetivamente se difundiu no país o temor do comunismo, ultrapassando o restrito círculo das classes dominantes. Nessa época, Vargas, sua máquina de propaganda política e a mídia colocaram em prática uma campanha massiva de demonização às ideologias revolucionárias, conformando um imaginário anticomunista que, posteriormente, seria essencial para a implantação do Estado Novo.

Exemplos dessa campanha são elencados por Negrão (2005), que expõe várias manchetes de jornal nas quais o comunismo era associado à subversão da ordem, à crueldade e ao autoritarismo. A imagem que se formou na mentalidade nacional (principalmente dentre as classes médias e os trabalhadores urbanos), retratava o comunismo como uma ameaça ao trabalho e à possibilidade de ascensão econômica, além dele ser contrário à democracia ao cristianismo. Apesar da aversão ao comunismo ter se transformado ao longo das décadas, principalmente após o desmantelamento da União Soviética, suas raízes, aparentemente, permanecem inalteradas. Em campo, foram bastante comuns os depoimentos que associavam os comunistas a corruptos autoritários, tal como se dizia deles nos anos 30. Segundo o Entrevistado 1, por exemplo, o comunismo:

[...] poeticamente, é uma sociedade em que todos são iguais. Isso, a meu ver, não condiz com a verdade do ser, e é por isso que nunca funcionou no mundo. O que que aconteceu na Rússia? O que que aconteceu em Cuba? O que que tá acontecendo na Coreia do Norte [sic]? Os que então são definidos pra conduzirem essa igualdade se adonam do poder, se adonam da empresa, se adonam do dinheiro. Fidel Castro tá na lista da Forbes porque conseguiram comprovar a fortuna, mas a dos outros não conseguiram comprovar, porque senão estariam [sic]! O Lula certamente estaria!

Tendo em vista as associações tecidas pelo imaginário, afirmações como a elencada acima estruturam-se sobre uma suposta falsidade das ideologias socialistas, as quais seriam, na verdade, um mero instrumento de retórica política e agiriam no sentido de ocultar o real interesse de líderes sedentos por poder. Ao camuflar seu plano de dominação total da

sociedade sob um discurso hipócrita de igualdade, os comunistas seriam, essencialmente, conspiradores. A população, enganada pelas promessas da ideologia, pagaria caro ao se deparar com o "real" comunismo, pois teria que abrir mão de sua liberdade de expressão e de seu dinheiro, elementos usurpados por um Estado forte:

Ninguém ia ter direito de ficar falando, porque partido comunista não age para o povo. Você pode procurar, o único que fez isso foi Getúlio. Mas é assim: digamos que você é milionário e eu sou pobre. Você nunca ia poder entrar no mercado e comprar duzentos litros de leite, não ia não cara! Seu dinheiro não vale nada no comunismo cara, nada! Todas as coisas iam ser racionadas (Trecho do depoimento do Entrevistado 7).

A partir desses depoimentos é possível deduzir que, uma vez conquistado o espírito das massas, o comunismo traria consigo a miséria e a tirania. Tais características depreciativas (um Estado policialesco e seu controle sobre a economia) são, inclusive, o que permite com que alguns cidadãos (tais como este último entrevistado) relacionem sua percepção acerca do comunismo com o Estado Novo de Vargas ou então (como fizeram outros) com o regime militar.

Logicamente, de acordo com o imaginário anticomunista, apenas indivíduos ou grupos diabólicos encabeçariam um processo revolucionário ou uma conformação paulatina da sociedade em um regime comunista. Nas décadas de 1930 a 1980, tais vilões seriam os soviéticos e seus agentes infiltrados, porém a queda do bloco oriental em 1991 forçou os anticomunistas a encontrarem outro habitat para o mal, ou seja, outro grupo de conspiradores. Decorreu daí o aparecimento de um comunismo latino-americano ou, nas palavras dos entrevistados, “bolivariano”. A mística do complô, durante as últimas décadas, entrou em ação novamente e transformou esse novo comunismo em um inimigo tentacular, que espalharia sua mácula pelos demais países da América Latina. No Brasil, especificamente, seriam manifestações desses vilões o Partido dos Trabalhadores e o Foro de São Paulo, organizações contra as quais se volta o mito de conspiração.

O PT, em primeiro lugar, manteve, nos governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), relações amigáveis com os líderes de esquerda da América Latina, o que evidenciaria, segundo os crentes em complô, o próprio comunismo petista:

Eu acho que o PT era um partido comunista sim. O PT, se não era, tava caminhando pra esse lado [sic]. [...] mais ou menos pelo que eu vi, o PT, acho que ele tinha uma certa influência de Cuba, de outros países. Tinham algumas evidências ali, eu não sei cara, esse contato com o Hugo Chávez, com o ex-presidente de Cuba, o Fidel Castro... o contato direto com ele. Eu

não sei, acho que tinha alguma coisa por trás desses encontros aí (trecho do depoimento do Entrevistado 3).

O fato do PT associar-se desde a sua origem aos sindicalistas e aos movimentos sociais de esquerda, bem como seus posteriores programas de distribuição de renda, também são elementos que demonstraram promover desconfiança aos olhos de alguns entrevistados, por serem “características do comunismo”. Todavia, um dos argumentos que mais surgiu nas falas dos cidadãos é o que denuncia o suposto interesse do PT em dominar todas as atividades no interior do país e em inserir-se em todas as esferas de atuação política. As palavras do Entrevistado 2 são as que mais claramente transmitem essa percepção. Referindo-se aos políticos do partido simplesmente como "eles" (de modo abstrato, porém sintomático), o entrevistado afirma:

Eu acredito que pra eles era viável eles comandar tudo [sic], ter prefeitos, deputados... o partido todo! Pra eles mesmos comandar o país [sic], fazer do jeito deles, não do jeito do povo. Eles faziam sim coisas para o povo, mas do jeito deles, entendeu? Muitas coisas eles faziam pro povo [sic], mas do jeito deles, como eles queriam, não como o povo queria. Pra mim [sic], isso é uma pista de que eles eram comunistas sim.

Durante o período em que se realizaram as entrevistas, o sentimento antipetista era forte e estava consideravelmente difundido entre os paulistanos, visto que a Operação Lava-Jato, as denúncias contra Lula e o impeachment de Dilma eram acontecimentos políticos recentes e altamente noticiados pelos veículos de comunicação. Dessa maneira, diversas eram as acusações tecidas contra o PT nas entrevistas, sempre embasadas nos escândalos de corrupção envolvendo membros do partido. Todavia, de acordo com os entrevistados, após aprovado o impeachment presidencial, o próprio complô foi aparentemente desmantelado. Daí decorre o tempo verbal encontrado nos depoimentos, segundo os quais o PT "era" comunista, "tinha" contato com a esquerda bolivariana e, portanto, "planejava" um golpe. O insucesso do partido em manter-se no executivo federal demonstraria a ineficiência dos conspiradores.

Já no que tange ao Foro de São Paulo, convém dizer que uma aura de segredo lhe acompanhou nos depoimentos. Todos os entrevistados que tinham conhecimento da existência do Foro o associaram à figura do conspirador, mesmo que não soubessem exatamente descrevê-lo. O Entrevistado 13, por exemplo, fez alusão aos Illuminati para se referir ao grupo, enquanto que o Entrevistado 1 o resumiu genericamente como "uma aliança do mal". Digna de nota, todavia, é a descrição dada pelo Entrevistado 11, justamente por sua riqueza de detalhes:

Acho que o Foro de São Paulo foi uma tentativa de um golpe comunista, não da nova esquerda liberal, mas de uma esquerda bolivariana, mas que provou que está sem força. Você vê que a Dilma ultimamente sofreu impeachment, antes disso teve a morte do Chávez. O Maduro é incompetente até para o chavismo, ele mostrou isso [risos]. A Kirchner caiu agora, né? [...] Então eu acho que o Foro de São Paulo foi mais uma tentativa de hegemonia da esquerda, que acreditava que ia ter o apoio popular, achava que ia ficar para sempre no poder, mas que não deu certo.

Um imaginário já construído a respeito dos governos latinos é algo que, aparentemente, assegura a crença na existência de uma conspiração comunista: Chavismo é visto como sinônimo de autoritarismo, Cuba seria um sinônimo de pobreza, e assim por diante. O Entrevistado 11, contudo (como pôde ser lido), afirma que "não corremos mais perigo", pois os governos de esquerda estão declinando na América Latina e o complô comunista, por consequência, está perdendo força. Tal constatação, de maneira geral, é partilhada pelos entrevistados, que afirmam que, "por pouco", os conspiradores não obtiveram a vitória.

Mudando de narrativa e, portanto, de complô, cabe dizer que, em São Paulo, um dos principais inimigos mitológicos da sociedade, para além dos comunistas, seria o crime organizado. Como aponta Débora Pastana (2007), desde o fim da ditadura militar, tornou-se traço essencial da mentalidade brasileira o temor da violência criminal, e principalmente das facções criminosas. A responsabilidade por tal "percepção amedrontada" da sociedade, segundo a autora, seria uma "cultura do medo" propagada pelos meios de comunicação e pelo jornalismo sensacionalista a partir dos anos de 1980. Em São Paulo, especificamente, o grupo de criminosos que mais fomentou a difusão de boatos foi o PCC.

Facção que se originou no início dos anos 90, mas que demonstrou mais enfaticamente seu poder em 2006, ano em que coordenou uma série de ataques na capital paulista, o PCC, oficialmente, trata-se de uma organização criminosa com influência dentro e fora dos presídios do estado; escândalos esporádicos envolvendo membros do grupo infiltrados nas diversas esferas sociais também evidenciam que há um esforço por parte da facção no sentido de ampliar seus domínios.⁵ Os rumores de conspiração, todavia, têm a capacidade de

⁵ Em 2006, mais especificamente entre os dias 12 e 15 de maio, dezenas de atentados foram comandados pela facção. Delegacias e bases da polícia foram os principais alvos, porém ônibus foram incendiados e rebeliões foram deflagradas nos presídios do Estado. Para mais detalhes, ver O ESTADO DE SÃO PAULO. **Veja a cronologia dos ataques do PCC em 2006 em São Paulo**; 23 de julho de 2015. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,veja-a-cronologia-dos-ataques-do-pcc-em-2006,1732401>. Acessado em 17 de maio de 2017.

ultrapassar essa versão oficial, enxergando o PCC como uma potência hegemônica no estado de São Paulo, capaz ditar a agenda governamental e de cooptar o auxílio dos governantes. Um depoimento que transmite os fundamentos dessa crença é a do Entrevistado 9. Questionado sobre se acredita no envolvimento do crime com a política, ele afirmou:

Eu acredito sim. Na política do estado mesmo! [...] O povo não tem uma voz tão grande quanto a do PCC. Aqui, se você for pedir alguma coisa, é bala de borracha e você não consegue nada. Agora, eles pedem uma coisa, já fecham comércio, já vai o governador negociar com eles. Olha só onde chegamos, que vergonhoso. O governador do estado abaixando a cabeça para os caras do PCC. Eu acho que o PCC manda e desmanda no governo, o que ele fala, acontece. É um segundo governo, uma segunda política, que na verdade manda na política que a gente vê, que a gente assiste.

Nas palavras acima, percebe-se que a própria noção de transparência é problematizada, visto que, supostamente, a política que se apresenta nos jornais e na televisão, assim como no discurso dos estadistas, seria uma fachada para um nível mais abstrato e oculto de poder, de onde emanariam as reais medidas governamentais e que seria governado pelo PCC. O suposto acordo estabelecido entre o governador e a facção (citado pelo entrevistado) também seria evidência do poder desta última. Tal trato encontra eco em um rumor bastante difundido em 2006, segundo o qual os ataques organizados pelos criminosos apenas cessaram após um pacto estabelecido entre os líderes da facção e representantes do governo. Cabe apontar que Claudio Lembo, governador na época, sempre negou a existência de tal acordo.

Os boatos, contudo, não perderam força e, com efeito, afirmações mais radicais e cada vez menos plausíveis passaram a nascer no discurso da população. O Entrevistado 7, dentre os demais, talvez seja quem mais construiu generalizações a respeito da parceria entre o Estado e os criminosos. Segundo ele:

O PCC não está nem por trás do governo, ele está na frente, você entendeu? O PCC chegou em um ponto que ele está na frente. Você sabe quanto dinheiro gera a droga? É dinheiro que eles poderiam pagar a dívida externa do país, que foi paga e foi endividado de novo. O governador, o prefeito, eles se ajoelham pra esses caras [sic]. O Alckmin é do PCC! Eles estando do lado dos caras, eles têm dinheiro. É tudo o que eles querem. É por isso que eu falo pra [sic] você, quem tinha que agir é o povo, porque o governo não vai fazer nada pelo povo.

Depoimento conciso, porém significativo. Ele demonstra que, ao nível do imaginário, o crime organizado e o governo seriam uma mesma coisa, simbolizada pelo pertencimento do atual governador à facção. Diferente da conspiração comunista, o complô do PCC parece estar longe de ser desmantelado; não somente devido aos interesses políticos envolvidos, como

pela sua própria naturalização. Para os entrevistados, “todo mundo sabe” que o PCC “domina a política”, porém não há, por parte da população, força para combater tal inimigo perigoso. É justamente desse sentimento de impotência que ascendem pautas mais conservadoras, que defendem um maior policiamento das ruas e leis mais punitivas aos criminosos.

Enfim, estas são as narrativas de conspiração que guiarão as reflexões subsequentes. Evidentemente, não se espera que ambas sempre se expressem da maneira como estão aqui expostas. O mito, como foi afirmado anteriormente, está em constante transformação; em seu enredo, como escreveu Lévi-Strauss (1973; p. 239), “toda relação concebível é possível”. Em outras palavras, não é de se espantar que, eventualmente, o PCC seja associado, por exemplo, aos comunistas bolivarianos ou ao PT. Os dois mitos aqui abordados, portanto, devem ser antes compreendidos como tipos-ideais, ou melhor, como fotografias estáticas de uma paisagem em perpétua metamorfose.

Seja como for, uma vez expostas ambas as mitologias políticas manifestas nas entrevistas, torna-se possível perceber um primeiro trio de imagens que subsiste nas narrativas, a saber, a do “inimigo tentacular”, usada para se referir ao comunismo bolivariano, a da “reunião secreta”, simbolizando o Foro de São Paulo, e a do “governo oculto”, presente no complô do PCC. Retomando rapidamente as reflexões de Durand (1989), é possível afirmar que tais figuras são *componentes estruturais* do discurso de conspiração e, portanto, características de um imaginário latente. Tais imagens seriam símbolos arquetípicos que apresentam o mesmo teor, sempre associado aos planos secretos, ao poder corruptível e, portanto, remetendo ao medo e à desconfiança. O motivo dessas imagens serem evocadas para tratar justamente dos comunistas e dos criminosos é uma questão que será posteriormente discutida, quando forem tratados os “valores paulistanos” enaltecidos nas entrevistas.

4. O “Outro” e seus segredos (as representações da política):

Uma característica importante dos mitos de conspiração reside no fato das narrativas associarem os conspiradores ao Estado, tratando-os como infiltrados ou como uma entidade controladora do aparato governamental. Esse elemento peculiar não somente faz valer o adjetivo *político* do mito, como também demonstra todo um conjunto de representações que antecede as próprias narrativas e que diz respeito à estrutura e ao funcionamento do Estado.

São exatamente essas percepções de política que atribuem validade aos mitos, visto que estes somente as reiteram.

Tais representações vão ao encontro das afirmações tecidas por Jessé Souza (2015), para o qual seria um traço da mentalidade brasileira demonizar o Estado e enaltecer o mercado. Seria somente no plano ideal que o campo político seria ocupado por representantes honestos, preocupados com o bem-estar da população. Concretamente, contudo, afirmam os entrevistados, a política dos sonhos teria se tornado um universo distante da vida dos cidadãos, habitado pelos conspiradores.

Existem várias maneiras de depreciar o Estado; em campo, por exemplo, foram identificadas duas percepções de política, cada uma delas atacando o campo político de uma maneira particular: A primeira delas denuncia a capacidade da política de converter representantes “bem-intencionados” em políticos corruptos; a segunda, por sua vez, percebe o poder político como que advindo de figuras desconhecidas, que ditam as ordens a partir dos bastidores do governo. Nas páginas a seguir, são detalhadas cada uma destas imagens:

No que tange à primeira, cabe dizer que a “política como atividade corruptora” é uma representação bastante difundida no Brasil. Para ela, o Estado seria uma instituição que, naturalmente, corromperia o caráter dos governantes, desvirtuando os bons líderes e tornando-os bandidos individualistas. As opiniões, por exemplo, do Entrevistado 6 são ilustrativas a esse respeito. Quando questionado sobre os métodos utilizados pelos políticos para se manterem no poder, ele respondeu:

Sinceramente? Entrando no sistema! Porque se ele [o político] seguir, em via de regra, os seus valores, muitas vezes ele não consegue. Infelizmente a política tem esses vícios, então esses vícios acabam matando os valores de cada um, aí o que ele usa para se manter é talvez se aliciando a esses vícios. De uma forma maior ou menor, mas ele não vê outra alternativa. Se ele for contra esses vícios, ele não vai estar conseguindo se projetar. Veja, por exemplo, Teori Zavascki ou Eduardo Campos... essas pessoas não sofreram nenhum acidente, elas na verdade foram contra certos vícios e você viu no que deu.

A constatação de que “o poder corrompe” está no cerne dessa representação imaginária da política, que enxerga a transformação dos valores em vícios como uma tendência sistêmica do Estado. De acordo ainda com os depoimentos do Entrevistado 6, aqueles políticos que efetivamente tentarem legitimar os interesses do povo ou então denunciar o mal, acabam sendo silenciados ou mortos em elaboradas conspirações, que

visariam manter o *status quo* do funcionamento governamental. Nesse sentido, a própria política seria organizada de um modo conspiratório, funcionando de maneira que qualquer crime cometido pelos poderosos seria abafado e transformado pela versão oficial. Dito de outra forma, a política possibilitaria que interesses malignos e contrários à sociedade fossem implementados secretamente e, portanto, sem interrupções.

A capacidade de converter as “pessoas de bem” em políticos individualistas prevê uma força de sedução, quase como a tentação pelo pecado no cristianismo. Uma vez cercado por criminosos, o novo político bem-intencionado seria “levado para o mau caminho”, influenciado e, por fim, convidado a “participar do esquema”. Segundo as palavras do Entrevistado 4, por exemplo, a chave para se compreender tal transformação dos bons políticos estaria no excessivo número de benefícios que a política lhes oferece. Em suas palavras:

[...] a maioria dos políticos, não tô [sic] dizendo todos, mas eu acho que a ideia deles é ter uma vantagem sobre, é saber que, com você entrando, você vai ter vantagens. Quais são os tipos de vantagens, eu não sei, mas vantagens. É a minoria que entra com um objetivo bom, muito poucos! Quando algum tem uma proposta, ela acaba se perdendo, até o ideal é bom, mas chega lá e é tanta gente pensando negativo, é tanta gente levando por um outro caminho, que a pessoa se deixa levar e vai para o lado errado também.

Tratando agora da segunda representação de política anteriormente listada (para a qual o efetivo poder político viria de setores ocultos do Estado, habitados por poderosos invisíveis), é importante dizer que ela não nega necessariamente a primeira concepção, uma vez que tais “homens dos bastidores” podem ser, segundo alguns, os responsáveis por seduzir os políticos bem-intencionados e idealistas, transformando-os em corruptos. Contudo, devido mesmo a sua invisibilidade, qualquer grupo poderia estar guiando a política por detrás de suas cortinas. Nas falas dos entrevistados, por exemplo, surgiram todo tipo de “forças ocultas”, desde as empreiteiras e os criminosos do PCC, até os americanos e a Força Nacional.

Independentemente dos envolvidos, que seriam meros traços superficiais do imaginário, a estrutura simbólica de tais afirmações permanece a mesma: A política seria manipulada por sujeitos pouco conhecidos do povo, não necessariamente eleitos, porém detentores de um inigualável poder. Seriam estes que ditariam as ordens desde o alto e coagiriam o corpo político. O Entrevistado 10 foi quem mais apresentou essa visão, porém de maneira abstrata, isto é, sem apontar para um grupo específico de poderosos. De acordo com ele, quem “manda” na política:

Não é o presidente! Presidente não é... E o povo, piorou! [risos] Então é deputado, é senador, é aqueles... esqueci agora o nome... São esses. Tem alguns que acumulam, né? Que acumulam poder lá dentro. [...] Por isso que eu falo, que tem os grandões lá, tem o PCC no meio, tem os caras com muito dinheiro... O povo não sabe quem são essas pessoas, eu acho que o povo não vê quem são essas pessoas. Aqui as pessoas votam e nem sabem o cargo que o cara vai ocupar [...].

Os "grandões" apontados pelo entrevistado, naturalmente, não possuem muitas feições; deputados, senadores, ricos e criminosos poderiam estar por trás das decisões políticas. Seja como for, seria próprio do Estado, segundo esta imagem, devido talvez à burocracia estatal ou à despolitização da própria sociedade civil, manter posições hierárquicas secretas, destinadas a essa suposta elite decisória:

Então quem manda é um conjunto de pessoas, não o presidente, não os políticos que a gente conhece, mas é traficante, é megaempresário que financia campanha, é chefe de partido, é gente poderosa mesmo. Não são todas daquele meio. É uma seleção de pessoas, dos maiores, que acabam comandando alguma coisa por aqui. O que aconteceu, por exemplo, com aquele político do PT mesmo, o Celso Daniel aqui em São Paulo, foi comprovado que mataram ele por causa de disputa de partidos! (Trecho do depoimento do Entrevistado 9).

Em suma, essa segunda perspectiva também evoca conspirações, visto que indivíduos malignos executariam diversas maquinações a partir dos setores secretos da hierarquia governamental; decidindo que pode viver e quem deve morrer. No cerne dessa percepção está a oposição entre o oculto e o revelado, entre a realidade assustadora e a fachada falsa.

Obviamente, existem elementos concretos que corroboram ambas essas representações depreciativas, desde escândalos políticos até análises acadêmicas, todos "comprovando" a corrupção dos estadistas, o número desmedido de benefícios concedidos ao corpo político ou mesmo a demasiada complexidade da burocracia estatal. Todavia, o imaginário não é um mero reflexo da realidade, e sim uma deformação da mesma. Ele amplifica certos aspectos do real e ignora outros; tal como um cartunista que, guiando-se pela fisionomia de uma personalidade, transforma-a em uma caricatura grosseira. Com efeito, existem exageros nos depoimentos colhidos, radicalismos condicionados por estados afetivos específicos.

Em suma, convém perceber como as duas percepções da política desferem golpes no Estado através de um ponto de vista particular. A primeira questiona moralmente a atividade política e a "integridade" dos governantes; já a segunda problematiza a lógica do processo político, ao passo que culpa uma suposta posição hierárquica secreta por todas as decisões

tomadas por uma instituição complexa. Todavia, independente da perspectiva, o que se verifica constantemente é a demonização do Estado já observada por Souza (2015).

5. Valores, utopias e a cidade dos sonhos:

Argumentou-se, até aqui, que acreditar em mitos de conspiração pressupõe um imaginário depreciativo em relação aos poderosos e um sentimento de desconfiança para com eles – o que atribui significado ao enredo mítico. Todavia, algo que ainda não foi abordado é o fato de que a ameaça representada pelos conspiradores também pode ser compreendida como que oposta às tradições e hábitos tidos pelos cidadãos como virtuosos. Em outras palavras, é possível apreender, a partir da figura do conspirador, aquilo que é enaltecido pela sociedade, aquilo que a define em oposição aos vilões. Como aponta Maffesoli (2004), a identidade comunal possui fronteiras bem demarcadas, de forma que exclui o estrangeiro e se estrutura em negação a ele. Seria característico do sentimento de comunidade construir não só igualdades, mas também diferenças.

Portanto, investigar a contraparte dos complôs, o que seria possível chamar de um imaginário “enaltecedor” ou “identitário”, é a tarefa que completa a análise aqui proposta. É tendo em vista tal imaginário que se percebe o motivo de serem tratados justamente o PCC e os comunistas como inimigos da população paulistana, em detrimento de qualquer outro grupo de conspiradores. Uma hipótese que se pode levantar, levando em consideração os dados colhidos em campo, é a de que, tanto os criminosos, quanto os comunistas, representam melhor a negação das “virtudes” da cidade, tais como estas se encontram, tradicionalmente, no imaginário paulistano.

Como se argumentou no início deste trabalho, há em São Paulo um imaginário que faz coincidir noções arcaicas e modernas, de modo que a própria política ocupa, nas mentalidades, um papel ambíguo: Por um lado, um tradicionalismo a identifica enquanto um “pai provedor”, responsável por satisfazer todas as necessidades populares; por outro lado, um pensamento mais próximo do liberalismo prega a demonização do Estado, em oposição às virtudes do mercado e da meritocracia (FERNANDES; 1974). Nos mitos regionalistas de São Paulo, muito dessa valorização do mercado e do trabalho já era colocada, porém tais mitologias terminaram por conviver com uma sociedade que ainda preservava um imaginário tradicionalista, fundado no familismo e nos privilégios pessoais.

Em campo, elementos contraditórios também se manifestaram, visto que, simultaneamente, a política era demonizada (em oposição ao mercado), porém vista como uma dimensão necessária à sociedade, pois provedora. As palavras do Entrevistado 7 são as que melhor demonstram tal oposição. A respeito das atuais condições de São Paulo, ele afirmou:

Tá um caos. Tá um caos. Porque São Paulo é a cidade do trabalho. Se é a cidade do trabalho, e todo mundo trabalha dia e noite, o que é que tinha que ter aqui? Progresso! Muito progresso. E não tem. Agora, por que que não tem? Por causa desses caras... Dos políticos e das outras pessoas que comandam tudo no governo.

E completou, dizendo que deveria ter na cidade:

Saúde pra todo mundo, segurança, trabalho. Acho que seria, seria essencial. Saúde, segurança, trabalho... Ensino! Que tem capacidade para isso. Mas é igual eu falei para você, não é interessante para os dirigentes do país mexer com isso, mesmo porque, se eles tentarem mexer demais para ajudar o povo, eles são barrados. Disso pode ter certeza. Talvez você não saiba disso agora, mas conforme a sua idade for avançando, você vai descobrir que esses caras que estão no poder não mandam em nada! São só fachada! Só fachada. Os militares é que estão por trás de tudo.

Nesses depoimentos, é interessante perceber como a ascensão econômica faz parte da essência de São Paulo, sendo um aspecto inerente à conduta da população, que "trabalha dia e noite" – traço já identificável nos mitos regionalistas difundidos acerca de São Paulo. Ao mesmo tempo, a valorização do trabalho coincide com o reconhecimento de que a política é importante, pois geradora de Saúde, Educação, Segurança e etc. Os ataques desferidos à política não são devido a uma oposição ao seu conceito (que seria típico do pensamento neoliberal), porém sim ao fato do Estado estar sob o controle dos conspiradores. A mesma estrutura argumentativa se encontra nas palavras do Entrevistado 15, para quem:

A cidade de São Paulo nasceu para ser um exemplo pro país [sic]. Se você voltar algumas décadas atrás, você vai ver as indústrias que nasceram aqui. Na época das montadoras de carros, que migrava gente de todo lugar do Brasil pra cá [sic]. Falta então melhorar nesse ponto. Tem que ter mais trabalho e menos pobreza, só resta os poderosos fazerem alguma coisa.

É possível constatar, portanto, que ainda estão vivos nas mentalidades alguns postulados outrora defendidos nos mitos fundadores da cidade. A defesa da personagem abstrata do "cidadão trabalhador" e também do princípio do mérito são aspectos de um argumento pró-desenvolvimento, já presente nas narrativas regionalistas. A oposição desses princípios aos conspiradores apenas permite deduzir que estes últimos colocariam os

primeiros em risco. Dito de outra forma, é possível concluir que a aversão aos comunistas e aos criminosos não é arbitrária, dando-se, antes, devido ao fato destes, a despeito de suas inúmeras diferenças, simbolizarem igualmente um risco ao trabalho, ao progresso e ao sistema de mérito. Há, em suma, uma dicotomia que permite contrastar, por um lado, as virtudes do trabalho e do mercado, e, por outro, os conspiradores malignos.

Estes, todavia, também seriam repudiados por terem desvirtuado o suposto papel do Estado, que seria o de prover todas as necessidades sociais. A política dos sonhos deveria “ajudar o povo”, porém os conspiradores e os corruptos a tomaram para si, daí o teor depreciativo com o qual se trata a política. Em suma, os conspiradores desvirtuaram o Estado e ameaçam fazer o mesmo com os valores do trabalho.

6. Conclusão:

Durante o decorrer deste artigo, como foi possível perceber, várias associações e afirmações foram feitas. Semelhante a um ensaio, mais questões foram levantadas do que efetivamente solucionadas. Cabe agora, portanto, retomar as constatações feitas e propor uma síntese mais refinada.

Após sistematizados os discursos coletados em campo e seus respectivos núcleos imagéticos, dois conjuntos de símbolos tornam-se mais transparentes, cada um deles possuindo uma carga afetiva específica. De um lado, encontram-se imagens depreciativas (ou negativas) e, de outro, as enaltecedoras (ou positivas): Dentre as do primeiro grupo, estão as já citadas “reunião secreta”, “governo oculto” e “inimigo tentacular”, todas associadas aos conspiradores e, por consequência, ao Estado. Em meio às do segundo tipo, figuram o “cidadão trabalhador”, o “progresso” e a “riqueza social”; todos elementos relacionados à origem da cidade e ao mercado.

O discurso conspiratório parece ser, portanto, o nível mais radical da demonização do Estado, pois passa a compreender a política como sendo o lócus de um inimigo abstrato, quer seja este o comunismo ou crime organizado. Interessante é perceber que a aversão à política nos discursos conspiratórios retrata-a como uma ameaça aos valores do mercado, tais como o trabalho e o mérito. Tanto o comunismo, como os criminosos, são opostos ao personagem do

“cidadão trabalhador” e à meritocracia. O perigo que surge do Estado ameaça destruir os ideais ligados ao mercado.

Contudo, não parece certo associar o ataque ao Estado e a exaltação do mercado a um liberalismo pleno, que subsistiria nas mentes da população paulistana. O Estado, para os entrevistados, não deve deixar de existir ou ser diminuído (abrindo caminho para o livre-mercado); ao contrário, a política é tida como necessária e auxiliadora da sociedade. O repúdio é, antes, sentido frente ao Estado atual – que teria sido usurpado por corruptos e malvados – e não à noção de Estado como um todo. Como afirmou Fernandes (1974), subsistem no Brasil mentalidades antagônicas, que por vezes defendem o trabalho e o mérito, mas que não deixam de reiterar desigualdades e privilégios pessoais.

A conclusão possível de ser atingida a partir desses elementos díspares consiste, basicamente, na aceitação da contradição: Os indivíduos entrevistados sentiram um mal-estar ao falar da política e sempre pareceram indignados, devido exatamente a essa ambiguidade. Eles enxergam no Estado a figura do “pai provedor”, porém assumem que todo o seu poder foi usurpado por conspiradores e corruptos. E se o Estado não está mais satisfazendo as inúmeras necessidades da sociedade, convém aos cidadãos voltarem-se em direção ao mercado, que permaneceria “justo” para com os indivíduos, visto que os faria ascender economicamente a depender de seu merecimento. Uma fala do Entrevistado 10 surge como uma evidência de que essa interpretação não está totalmente equivocada. Quando perguntado a respeito de sua própria participação na política, ele respondeu:

Eu não participo de nada, é zero. Olha, pra mim [sic], eu penso assim: Se eu ficar pensando muito em política, eu não vou viver. Então eu tenho que pensar na minha política! [...] Se eu ficar pensando em política, eu não vou caminhar para frente na minha vida. Então eu vou fazer a minha política, não vou ficar pensando no governo. Vou viver por conta própria e sem esperar melhoria da política, porque isso não parece que vai acontecer.

Encontra-se aqui o sentimento de desilusão com relação ao Estado, uma vez que ele estaria em mãos erradas. É também perceptível nos depoimentos conspiratórios o afastamento dos indivíduos para com a política (fenômeno histórico no Brasil); de forma que a figura do conspirador, quase sempre, vem preencher um desconhecimento público com relação ao funcionamento do Estado e, ao mesmo tempo, explicar a distância estabelecida entre este e a população. O resultado acaba sendo mais desilusão e uma adesão maior à crença no mercado e em sua justiça.

Por fim, convém retomar um argumento apresentado no início deste artigo e alça-lo a título de contribuição geral. O paralelo traçado entre o imaginário social e mitos de conspiração pode, para além de oferecer uma abordagem específica para os rumores de complô, ser tomado enquanto exemplo para um estudo mais desenvolvido a respeito das manifestações da mentalidade coletiva. O imaginário, como se argumentou, é um ponto de partida frutífero para se compreender fenômenos sociais concretos. Como já afirmou Durkheim (2003), as construções mentais buscam expressão nas práticas cotidianas, que revitalizam e reiteram as ideias.

Referências bibliográficas:

BARKUN, Michael. **A Culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America**. Los Angeles: University of California Press, 2003.

BOOTH, W.; COLOMB, G. & WILLIAMS, J. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; 2004.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. Lisboa: Presença, 1989.

_____. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. V-XVI.

FERNANDES, Florestan. **Obstáculos Extra-econômicos à Industrialização no Brasil**. In: *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1974; pp. 61-92.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOFSTADTER, Richard. The paranoid style in American politics. In: **Harper's Magazine**, p. 77-86, Nov. 1964.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: **Estudos Históricos**; n. 24; p. 227-250; 1999.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Ed Unesp, 1978.

LÉVI-STRAUSS, C. **A estrutura dos mitos**. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973, pp. 237-265.

MAFFESOLI, M. **A Transfiguração do Político**. Lisboa: Instituto Piaget; 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em busca da harmonia perdida**: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994); 1997. 281 f. Tese (Doutorado em ciências Sociais). IFCH – Unicamp: Campinas, 1997.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e Incendiários**: O discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da guerra civil espanhola. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp; 2005.

NUNES, E; SANCHES, F. & CHAIA, V. Cultura política e valores de cidadania na Região Metropolitana de São Paulo. In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 478-515, novembro, 2010.

O'REILLY, M.; PARKER N.; 'Unsatisfactory Saturation': a critical exploration of the notion of saturated sample sizes in qualitative research. In: **Qualitative Research**, v. 2, n. 13, p. 190-197, 2012.

PASTANA, Débora R. Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo. In: **Estudos de Sociologia**, Araguaia, v. 12, n. 22, p. 91-116, 2007.

SILVA, Sandra. **Teorias da conspiração: Sedução e resistência a partir da Literacia Midiática**; 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2010.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: Ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya; 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas:

Bateria um: Perguntas sobre política em geral

- 1) Na sua opinião, por que existe a política? Para o que ela serve?
- 2) De 0 a 10, onde 0 significa “*muito ruins*” e 10 significa “*muito bons*”, como você avalia nossos atuais políticos?
- 3) Na sua opinião, como as pessoas fazem, hoje em dia, para entrar na política?
- 4) Como você acha que os políticos fazem para permanecer no poder?
- 5) Para você, quem “dita as ordens” na nossa política?
- 6) De 0 a 10, onde 0 significa “*não participo em nada*” e 10 significa “*participo totalmente*”, o quão você se sente participante da política?
- 7) Com os atuais políticos no poder, como você acha que está a cidade de São Paulo?
Resposta positiva: Avançar para questão 8.
Resposta negativa: Como você acha que a cidade deveria estar?
- 8) Você acredita que existem criminosos ligados ao governo (traficantes, assassinos, etc.)?

Bateria dois: Perguntas sobre a crença em conspirações

- 9) Você já ouviu falar do PCC?
Se sim: O que você sabe sobre ele?
Se não: Avançar para a questão 11.
- 10) Você acredita que o PCC comanda o Governo de São Paulo?

11) Para você, o que é comunismo?

12) Você acredita que o PT é comunista?

Se sim: E o PT planejava transformar o Brasil em um regime comunista?

Se não: Avançar para a questão 14.

13) Você já ouviu falar do Foro de São Paulo?

Se sim: O Foro de São Paulo, para você, é um encontro de comunistas?

Se não: Avançar para a questão 14.

Bateria três: Composição do perfil do entrevistado

14) Você se identifica com algum partido político?

Se sim: Qual?

Se não: Por que não?

15) Você possui alguma religião?

16) Em que região da cidade você mora (bairro, zona, etc.)?

17) Qual é a sua idade?

18) [mostrar cartão 1] Qual é, aproximadamente, a sua renda familiar mensal (somando a sua renda com a renda de todas as pessoas que moram junto com você)?

(A) Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00).

(B) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 881,00 até R\$ 2.640,00).

(C) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.641,00 até R\$ 5.280,00).

(D) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.281,00 até R\$ 7.920,00).

(E) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.921,00 até R\$ 10.560,00).

(F) Mais de 12 salários mínimos (mais de R\$ 10.560,00).